





**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

→ continuação

**6. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES**

	Controladora										Total circulante + não circulante
	Circulante					Não Circulante					
	Vencimento	Taxa efetiva	Principal	Encargos	Custos de transação	Total	Principal	Encargos	Custos de transação	Total	
Debêntures - 1ª Emissão	2041	IPCA + 6,5865%	-	-	(657)	(657)	218.026	17.976	(9.180)	226.822	226.165
Nota Comercial	2023	CDI + 2,25%	75.000	3.009	(598)	77.411	-	-	-	77.411	77.411
<b>Total das debêntures</b>			<b>75.000</b>	<b>3.009</b>	<b>(1.255)</b>	<b>76.754</b>	<b>218.026</b>	<b>17.976</b>	<b>(9.180)</b>	<b>226.822</b>	<b>303.576</b>

	Consolidado										Total circulante + não circulante
	Circulante					Não Circulante					
	Vencimento	Taxa efetiva	Principal	Encargos	Custos de transação	Total	Principal	Encargos	Custo de transação	Total	
Empréstimos - BNB	2045	IPCA + 2,6623%	2.973	534	(153)	3.354	331.452	11.743	(2.633)	340.562	343.916
Debêntures - 1ª Emissão	2041	IPCA + 6,5865%	-	-	(657)	(657)	218.026	17.976	(9.180)	226.822	226.165
Nota Comercial	2023	CDI + 2,25%	75.000	3.009	(598)	77.411	-	-	-	77.411	77.411
<b>Total das debêntures</b>			<b>77.973</b>	<b>3.543</b>	<b>(1.408)</b>	<b>80.108</b>	<b>549.478</b>	<b>29.719</b>	<b>(11.813)</b>	<b>567.384</b>	<b>647.492</b>

As debêntures estão demonstradas pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva. As emissões realizadas pela Companhia não são conversíveis em ação e foram emitidas de acordo com a Instrução CVM nº 476/09, ou seja, referem-se a ofertas públicas distribuídas com esforços restritos.

A movimentação da dívida é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	Debêntures	Empréstimos e financiamentos	Empréstimos, financiamentos e debêntures	
Saldos em 31 de dezembro de 2020	-	-	-	-
Ingressos	200.000	-	200.000	-
Encargos financeiros	3.260	-	3.260	-
Varição monetária	6.100	-	6.100	-
Diferimento de custos de transação	(9.581)	-	(9.581)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>199.779</b>	<b>-</b>	<b>199.779</b>	<b>-</b>
Ingressos	-	145.000	145.000	479.424
Encargos financeiros	14.715	13.040	33.053	-
Varição monetária	11.926	-	11.926	-
Pagamento de principal	-	(70.000)	(70.000)	-
Pagamento de encargos financeiros	-	(10.032)	(10.032)	-
Diferimento custos de transação	(864)	(926)	(1.790)	-
Amortização custos de transação	610	328	938	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>226.166</b>	<b>77.410</b>	<b>303.576</b>	<b>647.492</b>

**6.1 Vencimentos das parcelas relativas ao principal das debêntures e custos de transação atualmente classificadas no passivo não circulante:**

	Controladora				Consolidado				
	Debêntures	Encargos	Custos de transação	Total	Empréstimos	Debêntures	Encargos	Custos de transação	Total
2024	19.840	17.976	(714)	37.102	9.949	19.840	18.342	(881)	47.250
2025	11.752	-	(613)	11.139	11.752	527	(785)	-	25.827
2026	12.929	-	(584)	12.345	15.502	12.929	570	(757)	28.244
2027	13.954	-	(534)	13.420	16.986	13.954	625	(706)	30.859
2028	6.279	-	(544)	5.735	16.650	6.279	612	(2.493)	21.048
Após 2029	153.272	-	(6.191)	147.081	258.032	153.272	9.043	(6.191)	414.156
<b>Total</b>	<b>218.026</b>	<b>17.976</b>	<b>(9.180)</b>	<b>226.822</b>	<b>331.452</b>	<b>218.026</b>	<b>29.719</b>	<b>(11.813)</b>	<b>567.384</b>

**6.2 Compromissos financeiros - "Covenants"**

Objetivo	Covenant
Índice de cobertura do serviço da dívida ("ICSD"): calculado a partir da divisão da geração de caixa pelo serviço da dívida calculado ao final de cada exercício social, sendo a primeira apuração realizada com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.	ICSD: ≥ 1,1x

**6.3 Característica da dívida**

Companhia	Descrição	Valor Ingresso	Data Emissão	Taxa Contratual	Pagamento de Juros	Sistema de amortização do Principal	Montante (I)	Vencimento	Finalidade
Tucano Holding III	1ª Emissão Debêntures de Infraestrutura	200.000	15/09/2021	IPCA + 6,59%	Semestral (a partir 2024)	Semestral (a partir 2024)	226.167	Setembro de 2041	Financiamento do Projeto Eólico Tucano II
Controladas	Empréstimos - BNB	334.425	01/04/2022	IPCA + 2,6623%	Mensal	Mensal	343.916	Julho de 2045	Financiamento do Projeto Eólico Tucano II
Tucano Holding III	Nota comercial	145.000	08/04/2022	CDI + 2,25%	Anual	Anual	77.410	Setembro de 2023	Pagamento de despesas e gastos futuros, reembolso de despesas relacionados aos projetos das controladas.

(I) Os saldos devedores corrigidos monetariamente pelo IPCA e CDI em uma base diária são incorporados ao saldo de principal da dívida.

**7. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

**CAPITAL SOCIAL**

A Unipar e a Tucano Holding I S.A., são acionistas da Companhia, cujo capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 176.935 representado por 176.935 ações, sendo ações ordinárias 88.467 nominativas e sem valor nominal e 88.467 ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal.

A seguir está apresentada a composição acionária em milhares de ações da Companhia:

	2022				2021			
	Ordinárias		Preferenciais		Ordinárias		Preferenciais	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionistas								
AES Tucano Holding I S.A.	4.423	5%	84.044	95%	4.423	5%	84.044	95%
Unipar Carboelco S.A.	84.044	95%	4.423	5%	84.044	95%	4.423	5%
<b>Total das ações</b>	<b>88.467</b>	<b>100%</b>	<b>88.467</b>	<b>100%</b>	<b>88.467</b>	<b>100%</b>	<b>88.467</b>	<b>100%</b>

**7.1 (a) Reserva de Investimento**  
Para atender a projeto de investimento, a Companhia poderá reter parte dos lucros do exercício, conforme disciplinado pelo art. 196 da Lei nº 6.404/76. Essa retenção deverá estar justificada com o orçamento de capital, a ser proposta pela Administração e aprovada pela Assembleia Geral em 31 de dezembro de 2022.

**(b) Reserva legal**  
Em 31 de dezembro de 2022, de acordo com a legislação societária brasileira, a Companhia constituiu uma reserva legal de R\$ 2.005 através da transferência de 5% do lucro líquido anual, apurado nos seus livros societários. Foram preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital social.

**7.2 DESTINAÇÃO DO RESULTADO**  
O estatuto social da Companhia estabelece a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 50% do lucro líquido ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei 6.404/76. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários e/ou intercalares. A Diretoria aprovou em 14 de fevereiro de 2023, proposta de pagamento de dividendos intermediários sobre a expectativa do lucro do exercício de 2022, no valor de R\$ 19.046.

**8. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA**

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

	Consolidado	
	2022	2021
	MWh	R\$
Contratos bilaterais	34.404	5.023
Lucro cessante (i)	-	77.469
Outros	-	2.516
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>34.404</b>	<b>85.008</b>
(-) PIS e COFINS	-	(3.104)
(-) ICMS	-	(5)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>34.404</b>	<b>81.899</b>

(i) Refere-se a multa por atraso a receber pelas SPEs Tucano F6, Tucano F7 e Tucano F8 previstas no contrato de fornecimento de turbinas e equipamentos. O contrato estabelece penalidade por achievement of substantial completion para atraso em relação à data de conclusão de cada parque eólico, com o objetivo de ressarcir perdas de receitas operacionais causadas pelo lucro cessante.

**9. CUSTO DE PRODUÇÃO E OPERAÇÃO DE ENERGIA**

	Consolidado	
	2022	2021
Depreciação e amortização	(7.790)	-
Encargos de transmissão	(7.062)	-
Contratos bilaterais	(4.581)	-
Serviços de terceiros	(254)	-
Spo	(23)	-
Material	(10)	-
Arrendamentos e alugueis	(8)	-
<b>Total</b>	<b>(19.728)</b>	<b>-</b>

**10. RESULTADO FINANCEIRO**

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
<b>Receitas Financeiras</b>				
Rendias de aplicações financeiras	5.628	1.837	12.756	1.851
Variações monetárias	1.818	-	3.431	19
(-) PIS e COFINS sobre receita financeira	(346)	(85)	(346)	(87)
Outras receitas financeiras	1	-	5	-
<b>Total</b>	<b>7.101</b>	<b>1.752</b>	<b>15.846</b>	<b>1.783</b>
<b>Despesas Financeiras</b>				
Encargos de dívidas	(28.694)	(3.260)	(41.084)	(3.260)
Variações monetárias	(11.926)	(6.100)	(11.926)	(6.100)
Tarifas e encargos bancários	-	-	(29)	(26)
(-) Transferência para imobilizado	-	-	21.441	7.523
Outras despesas financeiras	48	-	(4)	-
<b>Total</b>	<b>(40.572)</b>	<b>(9.360)</b>	<b>(31.602)</b>	<b>(1.863)</b>
<b>Total líquido</b>	<b>(33.471)</b>	<b>(7.608)</b>	<b>(15.756)</b>	<b>(80)</b>

**11. COMPOSIÇÃO DA BASE DE CÁLCULO E A CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

A Companhia apura os tributos sobre o lucro com base no regime do lucro real, suas controladas apuram com base no lucro presumido. Neste regime, a base de cálculo do imposto de renda é calculada sobre o lucro bruto as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a base de tributos que ultrapassar R\$ 240 ao ano, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada sobre o lucro bruto a qual se aplica a alíquota regular de 9%.

	Controladora		Controladora		Consolidado		Consolidado	
	2022		2021		2022		2021	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Corrente	-	-	(407)	(155)	990	400	-	-
Diferidos	-	-	-	-	1.588	858	-	-
<b>Total</b>	-	-	<b>(407)</b>	<b>(155)</b>	<b>2.578</b>	<b>1.258</b>	-	-
<b>Demonstração do cálculo dos tributos:</b>								
<b>Resultado antes dos tributos</b>	<b>40.097</b>	<b>40.097</b>	<b>(566)</b>	<b>(566)</b>	<b>43.933</b>	<b>43.933</b>	<b>(566)</b>	<b>(566)</b>
<b>Adições (exclusões):</b>								
Resultado de equivalência patrimonial	(57.346)	(57.346)	179	179	-	-	-	-
Prejuízo fiscal e base negativa sem imposto diferido constituído	16.747	16.747	-	-	16.747	16.747	903	903
Amortização do intangível	450	450	257	257	450	450	(706)	(706)
Despesas não necessárias	32	32	-	-	32	32	-	-
Atualização SELIC de créditos tributários	(31)	(31)	-	-	(31)	(31)	(19)	(19)
Diferença temporária s/diferido constituído (arrendamento)	51	51	-	-	51	51	-	-
Capitalização de rendimentos CPC 20 - debêntures	-	-	1.856	1.856	-	-	-	-
Ajuste Lucro Presumido	-	-	-	-	(50.582)	(47.203)	-	-
<b>Total das adições (exclusões)</b>	<b>(40.097)</b>	<b>(40.097)</b>	<b>2.292</b>	<b>2.292</b>	<b>(33.333)</b>	<b>(29.954)</b>	<b>178</b>	<b>178</b>
<b>Resultado ajustado</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.726</b>	<b>1.726</b>	<b>10.600</b>	<b>13.979</b>	<b>(388)</b>	<b>(388)</b>
Alíquota nominal	15%	9%	-	-	9%	25%	9%	9%
<b>Total da despesa com tributos</b>	<b>(432)</b>	<b>(155)</b>	<b>(2.650)</b>	<b>(1.258)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Ajuste Adicional IR	-	-	25	72	-	-	-	-
<b>Total da despesa com tributos</b>	<b>(407)</b>	<b>(155)</b>	<b>(2.578)</b>	<b>(1.258)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Alíquota efetiva	0,0%	0,0%	-71,9%	-27,4%	5,9%	2,9%	0,0%	0,0%

A composição dos prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias sem diferido, constituído por Companhia:

	Prejuízo Fiscal	Base negativa de contribuição social	Diferenças temporárias	Total
Tucano F6	698	698	-	1.396
Tucano F7	325	325	-	650
Tucano F8	309	309	-	618
Tucano Holding III	16.747	16.747	501	33.995
<b>Consolidado</b>	<b>18.079</b>	<b>18.079</b>	<b>501</b>	<b>36.659</b>

**12. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTOS DE RISCOS**

**a. Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros**

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço. O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses), referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar, análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas são como segue:

	Consolidado			Consolidado		
	2022	2021	Categoria	2022	2021	Categoria
<b>ATIVO (circulante e não circulante)</b>						
Numerário disponível	3	122	122	117	117	Custo amortizado
Operações compromissadas	3	-	-	64.140	64.140	Custo amortizado
investimento de curto prazo	3	120.828	120.828	192	192	Valor justo por meio do resultado
<b>Total</b>	<b>120.950</b>	<b>120.950</b>	<b>64.449</b>	<b>64.449</b>	<b>64.</b>	



## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 2022

Tucano Holdings III S.A.

CNPJ 35.714.529/0001-51

[www.aesbrasil.com.br](http://www.aesbrasil.com.br)

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

★ continuação

na nova regulamentação em consonância ao que se aplicava no passado (precedentes), ou seja, deverão ser ressarcidas todas as restrições elétricas no limite dos contratos de comercialização.

Para o ACL, processos administrativos serão julgados caso a caso, visto que a resolução não aprovou o ressarcimento generalizado.

No que se refere ao futuro, eventos ocorridos após setembro de 2021, os ressarcimentos serão devidos após extrapolada uma franquia de 78 horas anuais de energia restringida. As classificações sobre restrições no ONS foram alteradas, sendo algumas elegíveis com franquia, outras sem e outras não elegíveis. Sobre essa regra há ainda pontos que devem ser detalhados em regras e procedimentos da CCEE e ONS, respectivamente. Em outubro de 2021, por meio do Despacho nº 3.080/2021, a ANEEL aprovou a Regra de Comercialização que estabelece o cálculo da energia não fornecida decorrente de *constrained-off* de usinas eólicas. Considerando que a Regra aprovada foi de encontro com o entendimento, principalmente de que fossem consideradas as restrições energéticas para apuração do *constrained-off*, a Associação Brasileira de Energia Eólica (ABEEólica) protocolou na ANEEL recurso administrativo requerendo:

- Reconhecimento de restrições energéticas;
- Não limitação do reconhecimento no atendimento dos contratos de energia de reserva;
- Reconhecimento da energia do PROINFA como energia do ACR para que haja direito de ressarcimento.

Até que se avalie o recurso, as regras podem ser aplicadas, recontabilizando a energia restringida por *constrained-off*. A CCEE informou que efetuará 12 contabilizações, iniciando em novembro de 2021, sendo que em cada contabilização 3 meses seriam recontabilizados. No entanto, em comunicado de novembro de 2021, a CCEE informou a postergação dos processamentos de energia não fornecida proveniente de

*constrained-off* em decorrência do tempo necessário para validação de parâmetros de entrada com o ONS.

A CCEE publicou em dia 31 de janeiro de 2022 o comunicado CO 069/22, que informa que foram realizadas tratativas das informações sobre os dados de entrada a respeito do *constrained-off* com o ONS, conforme o último comunicado CO 870/21, e foram identificadas inconsistências, as quais foram indicadas para ANEEL junto com a solicitação de ajuste na metodologia de cálculo. Até o momento, a CCEE não se manifestou sobre o cronograma das recontabilizações.

#### Lastró de Energia de Reserva para usinas eólicas e solares

Em 15 de dezembro de 2020, foi publicada a Resolução Normativa ANEEL nº 909/2020, que, ao aprovar novas Regras de Comercialização de Energia Elétrica, introduziu, entre outras providências, a "Penalidade por Insuficiência de Lastró de Energia de Reserva". Nesta condição, o caderno de Regras "Penalidade de Energia de Reserva" foi alterado a fim de contemplar a aplicação de penalidade para usinas eólicas e fotovoltaicas vencedoras de leilões de energia de reserva em caso de insuficiência de lastró de energia para cumprimento de seus contratos. Tal penalidade passará a ser calculada a partir de janeiro de 2022, sendo que os efeitos financeiros devem ser percebidos a partir de julho de 2022.

A Companhia, juntamente com outros agentes do setor e em nome da ABEEólica e Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (ABSOLAR), contratou um parecer jurídico-regulatório a fim de argumentar que a decisão da ANEEL quanto a aplicação de penalidade por insuficiência de lastró não deve ocorrer para as usinas eólicas e fotovoltaicas, alegando principalmente que a Lei 10.848/2004 não impõe a obrigação de constituição de lastró de Energia de Reserva, pois sua função é garantir o fornecimento de energia elétrica. Neste sentido, está em estudo pelas associações supracitadas uma requisição de suspensão destas penalidades.

### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

**Maurício Parolin Russomano (Presidente)**  
Conselheiro Efetivo

**Rodrigo Cannaval**  
Conselheiro Efetivo

**Rodolfo Moraes Fontes Lima**  
Conselheiro Efetivo

**Rogério Pereira Jorge**  
Conselheiro Efetivo

#### DIRETORIA

**Sérgio Luiz da Silva**  
Diretor Presidente e de Operações

**Sergio Luiz Baptista dos Santos**  
Diretor Financeiro

#### CONTADOR

**Hugo Satoru Nagae**  
CRC 1SP329701/O-6

### RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos acionistas e Administradores da

**Tucano Holding III S.A.**

São Paulo - SP

#### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Tucano Holding III S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

#### Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### Opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

#### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Outros assuntos

##### Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 15 de março de 2022, com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

##### Responsabilidade da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

#### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
  - Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
  - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria;
  - Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos;
  - Ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional;
  - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de março de 2023

**ERNST & YOUNG**  
Auditores Independentes S/S Ltda.  
CRC SP-034519/O  
Adilvo França Junior  
Contador - CRC - 1BA021419/O

Documento assinado digitalmente  
conforme MP nº 2.200-2 de

24/08/2001, que institui a Infraestrutura  
de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA  
04067191000160 Pub: 30/09/2023

A autenticidade deste documento  
pode ser conferida através do QR Code  
ou pelo link

<https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2023/09/30/TUCANO1572121430092023.pdf>

Hash: 1696027561aa3c9926a3a8428a8ce1fd197c73b3b7